

PINGA-FOGO

■ CORREIOS: O ESCANDALOSO EMPRÉSTIMO DE R\$ 20 BILHÕES. UNIÃO PAGARÁ ANUALMENTE R\$ 4 BI SÓ DE JURO A QUATRO BANCOS - O mensalão começou com o escândalo dos Correios. O estopim foi a gravação da entrega em um bolinho de reais. Agora foi anunciado o prejuízo recorde de R\$ 20 bilhões e a demissão em massa. Só que em pleno sábado, 29 de novembro, o Conselho de Administração da estatal se reuniu e aprovou a operação de R\$ 20 bilhões, que só de juros ao consórcio de bancos, a União será responsável por mais de R\$ 3 bilhões por ano, isso considerando apenas a taxa Selic, sem o spread das instituições financeiras.

■ Considerando 136% do CDI, divulgado nas matérias, serão mais de R\$ 4 bilhões repassados todos os anos pelo Governo aos bancos para salvar uma empresa estatal quebrada, mal administrada e inviável.

■ É um escândalo pior do que o do Master, mas, como envolve os parceiros do Governo Federal, todos se esforçam para dar um ar de licitude e moralidade que simplesmente não existem. Pior é analisar o consórcio de bancos “salvadores”: Banco do Brasil (BB), Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil e Safra.

■ Um dos principais arquitetos de salvação dos Correios e do empréstimo emergencial com garantia da União tem sido o banqueiro André Esteves, agora melhor amigo do ministro Fernando Haddad.

■ O BTG, que se prepara para assumir o controle da Cosan, de Rubens Ometto (SHELL), é o principal beneficiado pelo colapso da Refit. Também ganhou muito com a crise do Master.

■ A entrada do BTG Pactual novamente na área de combustível acelerou um processo de arrocho com os operadores de combustíveis, promovido pelo ICL- Instituto Combustível Legal. As empresas que fazem parte deste grupo passaram a ganhar R\$ 0,20 centavos por cada litro vendido aos postos independentes. Ganham também com a valorização das suas ações.

■ Se não tivesse a Refit e nem o Master, a manchete de toda a mídia brasileira seria a crise colossal dos Correios. O mensalinho que deu início à crise do Mensalão, agora virou um negócio bilionário. Que empréstimo com esta elevada taxa de juros, com a garantia da União, vai injetar nos cofres destes bancos? Uma pergunta curta: por que Bradesco e Itaú ficaram fora deste negócio?

■ O papel do Banco do Brasil neste consórcio é compulsório. O Citi e o Safra não poderiam perder uma operação com esta taxa de juros e aval da União. E o ABC Brasil?

■ Vale lembrar que o principal acionista é Arab Banking Corporation (Bank ABC), um banco sediado no Bahrein, que detém a maior parte das ações. O banco também possui ações negociadas em bolsa e parte do capital é de propriedade de seus executivos, como o CEO, Sergio Lulia Jacob.

■ Alguém lembra como nasceu o ABC? O banco foi fundado em 1989 como Banco ABC Roma, uma parceria entre o grupo Roberto Marinho e o Arab Banking Corporation. Em 1997, o grupo Roberto Marinho vendeu sua participação, tornando o Bank ABC o único controlador.



O governador do Rio, Cláudio Castro, recebendo a medalha do Centenário de Primeiro Batalhão de Choque, das mãos do governador de SP, Tarcísio de Freitas

Fotos CM

Eduardo Leite na ACRJ

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, foi o convidado do Almoço do Empresário promovido pela ACRJ, realizado na última sexta-feira, 28 de novembro, quando abordou diversos temas e mostrou sua visão de país baseada em gestão profissional, responsabilidade fiscal e políticas públicas sustentadas em dados.

Na conversa conduzida pelo

presidente da ACRJ, Josier Vilar, o governador falou o modelo de gestão pública do Rio Grande do Sul, programas de segurança pública e de educação de seu estado, oportunidades de investimento, mencionando ainda as ações de recuperação do estado depois da tragédia climática e o processo eleitoral em 2026, entre outros temas.



Parte da mesa principal: Alexandre Accioly, Maria Silvia, Antonio Alvarenga (Sebrae Rio), Wander Giordano (Multiplan) e Flávio Rodrigues (Shell)



O presidente da ACRJ, Josier Vilar com o convidador, governador Eduardo Leite, e Wander Giordano, da Multiplan



O anfitrião e presidente da ACRJ, Josier Vilar, com o governador Eduardo Leite e o empresário Ruy Barreto Filho

Fotos Estefan Radovicz



Gestão, segurança e investimentos foram alguns temas abordados pelo governador do Rio Grande do Sul



Durante conversa na ACRJ, Josier Vilar, o governador Eduardo Leite e Humberto Mota

■ O próprio site do Banco explica a sua história no seu site: “O Banco ABC Brasil iniciou suas atividades em 1989, através de uma joint-venture do Arab Banking Corporation e do Grupo Roberto Marinho, da qual originou o Banco ABC Roma S.A., com atuação em crédito corporativo e tesouraria. Desde então, o Banco construiu uma sólida base de clientes no segmento Corporate, com oferta de produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados a necessidades específicas. Em 1991, a atual administração tomou posse, contando com executivos brasileiros de grande experiência no segmento financeiro.

■ Em 1997, o Arab Banking Corporation adquiriu a participação acionária do Grupo Roberto Marinho e tornou-se o acionista controlador. Os executivos adquiriram participação minoritária, com interesses alinhados aos do controlador e o nome do banco passou a ser Banco ABC Brasil S.A. Em 2007 foi realizada a oferta pública inicial de ações do Banco ABC Brasil, que passou a ser listado no Nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa.”

■ PARCERIA DE NEYMAR COM A FARMACÊUTICA INVESTIGADA PELA PF AINDA ESTÁ NO AR - O site

da Unikka Pharma continua no ar, anunciando a parceira oficial de Neymar Jr. Em nota oficial, a empresa que gerencia a carreira do jogador informou que interrompeu a parceria após investigação da Polícia Federal na farmacêutica. Só que o site continua no ar, pelo menos até o horário de fechamento da coluna. Com o avançar das investigações, não está descartada a possibilidade de o próprio Neymar ser chamado para depor na PF.

■ HÁ 200 ANOS NASCIA NO RIO O IMPERADOR D. PEDRO II - Neste dois de dezembro será comemorado em Petró-

polis os 200 anos de nascimento de D Pedro II. O ponto alto será a reestrea do espetáculo de Som & Luz do Museu Imperial, totalmente modernizado, mas mantendo a mesma estrutura e imagens do anterior.

■ Nascido no Rio, D. Pedro não ganhará nenhuma homenagem oficial da sua cidade. Porém, os festejos dos 200 anos estão apenas começando e teremos todo o ano de 2026 para recuperar o atraso.

■ Poucas pessoas sabem o nome completo do nosso imperador: Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga.

Fernando Molica

Senador que acaba com o crime

Na ânsia de libertar Jair Bolsonaro, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) inventou uma fórmula simples para acabar com o crime no Brasil: é só decidir que crimes deixem de ser crimes.

Pelo projeto de Viana, os dois principais crimes que geraram as condenações de Bolsonaro, cúmplices e aliados deixariam de ser crimes: todos seríamos livres para, com uso de violência ou ameaça, tentarmos dar golpe de Estado ou derrubar o Estado Democrático de Direito.

Como se dizia em Piedade, Viana descobriu a pólvora sem fazer barulho. Graças à sua astúcia, ficaria mole zerar crimes como homicídio, estupro, roubo, extorsão, sequestro, o que for — basta fazer com que matar, estuprar, roubar, extorquir e sequestrar não sejam mais crimes.

Há até precedentes históricos recentes de fatos que deixaram de ser crimes. Até 2005, praticar adultério era crime previsto pelo Código Penal (dava até seis meses de cadeia). Ter “conjunção carnal com mulher honesta mediante fraude” poderia deixar um sujeito preso por três anos; induzir uma mulher — honesta, voltava a ressaltar a lei — a praticar “ato libidinoso diverso da conjunção carnal” também dava cadeia.

Como a lei retroage a favor de réus ou condenados, o ex-presidente ficaria livre de pagar pelos delitos introduzidos no Código Penal em 2021, em seu próprio mandato, quando assinou o projeto, aprovado pelo Congresso, que substituiu a Lei de Segurança Nacional.

Para limpar o caminho para futuros golpistas, Viana também propõe acabar com

outros dois artigos que também passaram a vigorar há quatro anos: os que punem a violação de mecanismos de segurança das urnas eletrônicas e a restrição do exercício de direitos políticos a qualquer pessoa.

Pelo critério de Viana, dar golpe de Estado, abolir a democracia, fraudar urnas e impedir o exercício da cidadania teriam o mesmo destino legal de uma pulada de cerca, não dariam em nada. Sérgio Porto (1923-1968), o genial cronista e ficcionista que criou o Febeapá (Festival de besteira que assola o país) deve estar lamentando a chance perdida de inventar algo como um festival de caras de pau.

Talvez fosse mais simples Viana redigir uma proposta que desse a Bolsonaro o direito de cometer qualquer crime e ficar impune. Também haveria precedente

histórico para respaldar sua iniciativa. O artigo 99 da Constituição do Império, de 1824, estabelecia: “A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma.” Ou seja, é só substituir a palavra “Imperador” por “Jair Messias Bolsonaro”.

Isso pouparia o senador de ter que inventar projetos para livrar a cara do ex-presidente cada vez que ele fizesse uma besteira; ele não teria que, por exemplo, pagar indenização por tentar destruir a tornozeleira eletrônica.

E, aqui, outro precedente: para poupar o aliado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), propôs e conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse lei que anulou multas que somavam R\$ 73 milhões e que haviam

sido aplicadas a pessoas flagradas sem máscara durante a pandemia. Tornar Bolsonaro inimputável, reconhecer sua irresponsabilidade legal, sairia até mais barato, o tesouro paulista teria como receber o pagamento das demais multas.

De tão estapafúrdio, o projeto de Viana lembra o livroeto “Modesta proposta”, lançado, em 1729, pelo escritor irlandês Jonathan Swift. Para acabar com os problemas e despesas gerados pelas crianças pobres, ele sugeriu que esta passassem a ser vendidas por seus pais.

Os pimpolhos seriam então ensoados, assados, grelhados ou cozidos e servidos como alimentos. Vale frisar que Swift fez uma ironia, uma crítica às desigualdades sociais. Já o senador fala sério. Fala sério, senador.